



**Einhell**

**- POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS -**

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

### **A MISSÃO:**

A EINHELL PORTUGAL – COMÉRCIO INTERNACIONAL LDA. (doravante designada apenas “EINHELL”), pessoa coletiva n.º 502589973, com sede na Rua da Aldeia, n.º 225, 4410-459 Arcozelo, Vila Nova de Gaia, estabeleceu como prioridade nas suas políticas internas e, bem assim, na sua relação com eventuais parceiros, a proteção dos dados pessoais por si recolhidos e tratados.

Como tal, serve a presente POLÍTICA o propósito integrar os conceitos e diretrizes necessárias à boa compreensão daquilo que será uma boa conduta ao abrigo do Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016 (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais” ou “RGPD”) que vincula a EINHELL na qualidade de Responsável pelo Tratamento de Dados e, bem ainda, da Lei 58/2019, de 8 de Agosto de 2019 – Lei que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional.

Ademais, a presente POLÍTICA vincula não só a EINHELL, no exercício da sua atividade e os seus colaboradores no exercício das suas funções, mas também as suas relações com os seus parceiros, prestadores de serviços e demais profissionais, podendo ser alterada a todo o tempo na medida do necessário à sua atualização e retificação.

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

I. QUALIDADE DA EINHELL NOS TERMOS DO RGPD.....	6
A. ENQUANTO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	6
II. SOBRE OS DADOS PESSOAIS E O SEU TRATAMENTO .....	8
A. IDENTIFICAR DADOS PESSOAIS E OPERAÇÕES DE TRATAMENTO .....	8
DADOS PESSOAIS: .....	8
OPERAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:.....	8
TRATAMENTO QUE NÃO EXIGE IDENTIFICAÇÃO:.....	9
DECISÕES BASEADAS EM TRATAMENTO AUTOMATIZADO DE DADOS:.....	9
B. FUNDAMENTO DO TRATAMENTO .....	10
A EXECUÇÃO DE UM CONTRATO NO QUAL O TITULAR É PARTE OU DILIGÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS A PEDIDO DO MESMO: .....	10
A NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DE UMA OBRIGAÇÃO JURÍDICA: .....	10
A EXISTÊNCIA DE UMA FINALIDADE COMPATÍVEL COM AQUELA PARA A QUAL OS DADOS FORAM INICIALMENTE RECOLHIDOS:.....	10
A EXISTÊNCIA DE INTERESSES LEGÍTIMOS PROSEGUIDOS PELO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU POR OUTREM:.....	11
O CONSENTIMENTO:.....	11
C. DURAÇÃO E FINALIDADE DO TRATAMENTO.....	12
SOBRE A DURAÇÃO .....	12
SOBRE A FINALIDADE .....	13
D. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS.....	13
III. DADOS PESSOAIS NA ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	15
A. DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES .....	15
NO ÂMBITO DE RECRUTAMENTO E CONTRATAÇÃO: .....	15
NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS:.....	15

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO:.....	16
NO SEGUIMENTO DA BOA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DA RELAÇÃO CONTRATUAL:.....	19
PRAZOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO LABORAL:.....	20
B. DADOS PESSOAIS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS .....	21
SÃO PRAZOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO DE CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS: .....	21
C. DADOS PESSOAIS DE CLIENTES.....	22
SÃO PRAZOS DE CONSERVAÇÃO EM SEDE DE SERVIÇOS PRESTADOS A CLIENTES:.....	22
D. DADOS PESSOAIS DE UTILIZADORES: .....	23
UTILIZAÇÃO DO <i>WEBSITE</i> :.....	23
COMUNICAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE TITULARES DE DADOS PESSOAIS: .....	23
SÃO PRAZOS DE CONSERVAÇÃO EM FUNÇÃO DE DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO <i>WEBSITE</i> :.....	24
E. SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA: .....	24
IV – PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	25
A. QUALIDADE DA EINHELL GERMANY AG ENQUANTO SUBCONTRATANTE DA EINHELL PORTUGAL .....	27
V. PRINCÍPIOS QUE VINCULAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	29
PRINCÍPIO DA LICITUDE:.....	29
PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA:.....	29
PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS FINALIDADES:.....	29

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO DOS DADOS E DA LIMITAÇÃO DO SEU TRATAMENTO:	29
PRINCÍPIO DA EXATIDÃO, DA INTEGRIDADE E DA LEALDADE DOS DADOS:	29
PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE:	29
VI. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	30
A. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	30
DIREITO DE ACESSO:	30
DIREITO DE RETIFICAÇÃO:	30
DIREITO À LIMITAÇÃO E AO APAGAMENTO (DIREITO A SER ESQUECIDO):	30
DIREITO DE PORTABILIDADE	31
DIREITO DE OPOSIÇÃO	31
LIMITAÇÕES AOS DIREITOS DO TITULAR:	31
B. TUTELA DOS DIREITOS DO TITULAR	31
C. OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	32
D. RESPONSABILIDADE CIVIL	32
VII. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	33
COOPERAÇÃO DE PARCEIROS:	33
VIII. CONFIDENCIALIDADE DO TRATAMENTO	35
PROFISSIONAL OBRIGADO AO SIGILO:	35
IX. AVALIAÇÃO DE IMPACTO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS (“AIPD”)	36
X. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	39
A. OBRIGAÇÃO DE REPORTAR INCIDENTES	39
B. COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A AUTORIDADE DE CONTROLO	39
XI. SEGURANÇA E PRIVACIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	41
XII. ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	42

## I. QUALIDADE DA EINHELL NOS TERMOS DO RGPD

### A. ENQUANTO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**Firma:** EINHELL PORTUGAL - COMÉRCIO INTERNACIONAL LDA.  
("EINHELL")

**NIPC:** 502589973

**Sede:** Rua da Aldeia, n.º 225, 4410-459 Arcozelo, Vila Nova de Gaia

A EINHELL é uma empresa constituída sob a forma de Sociedade por Quotas que, no âmbito da prossecução da sua atividade profissional, comercializa equipamentos no mercado da ferramenta elétrica portátil e estacionária. Comercializa, ainda, materiais destinados a bricolagem e gamas semiprofissionais de ferramentas electro portáteis, estacionárias e de jardim.

A EINHELL integra um grupo empresarial "*Grupo EINHELL*", o qual teve a sua génese na Alemanha em 1964 e mais tarde se internacionalizou, estando este grupo espalhado, atualmente, em mais de 39 países em todo o mundo.

Nos termos do RGPD e ao abrigo da presente POLÍTICA, a EINHELL é considerada como Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais, podendo ser responsabilizada por eventuais danos que resultem para os titulares dos dados, objeto das operações de tratamento que realiza. Esta qualidade deriva do facto de recolher e tratar (**operações de tratamento**) **dados pessoais de pessoas singulares** que, independentemente da sua nacionalidade ou local de residência, se encontram na União Europeia.

Como tal, a EINHELL considerou a necessidade de desenvolver um plano de controlo, manutenção e proteção da privacidade dos titulares dos dados que tratam, na qualidade de Responsáveis pelo Tratamento, em conformidade e nos termos do RGPD.

Com efeito, a EINHELL assume o dever de:

1. Aplicar medidas técnicas e organizativas adequadas a assegurar e a comprovar que as operações de tratamento que realiza são conformes com o RGPD;

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

2. Cooperar com a Autoridade de Controlo – Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) –, reportando situações de incidentes e solicitando pareceres, quando necessário e/ou adequado;
3. Adotar mecanismos e procedimentos de comunicação, céleres e eficazes, com o titular dos dados pessoais, bem assim como as medidas técnicas e organizativas necessárias à assistência e salvaguarda dos seus respetivos direitos;
4. Identificar subcontratantes por forma a regular as suas relações com os mesmos nos termos do RGPD;
5. Cooperar ativamente com o Encarregado da Proteção de Dados nomeado.

## II. SOBRE OS DADOS PESSOAIS E O SEU TRATAMENTO

A EINHELL reconhece que, para que esta POLÍTICA seja o mais transparente e esclarecedora possível, é necessário identificar o tipo de dados pessoais tratados e as operações de tratamento por si conduzidas, bem como compreender o que está em causa em cada uma delas.

Além disto, revela-se fundamental que os titulares dos dados pessoais tratados pela empresa consigam entender e assimilar quais os deveres e/ou direitos que lhes assistem em matéria de proteção de dados pessoais.

### A. IDENTIFICAR DADOS PESSOAIS E OPERAÇÕES DE TRATAMENTO

**DADOS PESSOAIS:** Englobam qualquer informação, independentemente da natureza e do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular, suscetível de a identificar ou de a tornar identificável, direta ou indiretamente, por referência a um identificador, designadamente:

- .1 Nome.
- .2 Números de identificação (como o número de cliente e número de matrículas).
- .3 Elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou recolhidos através da representação por fotografias, voz, impressão digital e serviços de videovigilância, de publicações em redes sociais, do historial clínico e/ou escolar, etc.
- .4 Dados de localização (ex: coordenadas).
- .5 Identificadores por via eletrónica (endereços IP, *cookies* e outras tecnologias semelhantes).

**OPERAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** Engloba toda a atividade que incida sobre dados pessoais, independentemente do meio – automatizado ou não –, através do qual é realizada, como “*a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou a interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição*”, em conformidade com o RGPD.



## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

**TRATAMENTO QUE NÃO EXIGE IDENTIFICAÇÃO:** Não serão considerados como dados pessoais, as informações anónimas ou as que forem tornadas de tal modo anónimas que o seu titular não seja – ou deixe de ser –, identificado ou identificável (“dados anónimos”). Por outro lado, já o serão os dados “pseudoanónimos”, que permitem a identificação do seu titular através de informações adicionais (ex: endereço de *e-mail* criptografado ou um ID de usuário).

Sempre que, no processamento de dados pessoais em que a EINHELL não tenha obtido, não mantenha ou não trate informações que permitam identificar um titular de dados pessoais, a mesma só está obrigada a assistir os direitos deste último se este tiver fornecido informações adicionais. Tal acontece, por exemplo, relativamente ao tratamento de dados anónimos ou anonimizados.

**DECISÕES BASEADAS EM TRATAMENTO AUTOMATIZADO DE DADOS:** O “tratamento automatizado” compreende operações de tratamento de dados efetuadas com recurso a meios tecnológicos – as quais podem ou não contar com algum envolvimento humano. Quando estas decisões contêm com alguma intervenção humana, denominam-se de “decisões parcialmente automatizadas”. No âmbito do tratamento de dados realizado pela EINHELL, os titulares dos dados não estarão sujeitos a decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado dos seus dados pessoais – sobretudo para criação e avaliação de perfis baseados em qualidades da pessoa ou da sua situação particular, determinação de hábitos, interesses ou comportamentos –, a não ser que nisso expressamente consintam. Porém, estamos perante uma exceção a esta regra quando o tratamento automatizado seja necessário à celebração ou execução de um contrato em que o titular seja parte, ou se tal estiver legalmente previsto. Em todos os casos, o titular dos dados pessoais será devidamente informado de que será realizado esse tratamento, de quais os motivos inerentes ao mesmo e de quais as consequências que dele poderão advir para os seus direitos, liberdades e interesses. Serão também informados que têm a possibilidade de:

- .1 Se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, realizado nestes termos;
- .2 Obter intervenção humana por parte da EINHELL no tratamento dos dados;
- .3 Manifestar o seu ponto de vista e contestar a decisão.

## B. FUNDAMENTO DO TRATAMENTO

As operações de tratamento de dados pessoais levadas a cabo pela EINHELL estarão sempre condicionadas à verificação de um fundamento – sob pena de configurarem uma contraordenação muito grave –, que, nos termos do art. 6.º do RGPD, poderá ser:

**A EXECUÇÃO DE UM CONTRATO NO QUAL O TITULAR É PARTE OU DILIGÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS A PEDIDO DO MESMO:** As operações de tratamento de dados pessoais com fundamento num contrato a que o titular dos dados se submeteu ou pretende submeter (ex: contrato de trabalho, prestação de um serviço ou venda de um bem), dependem da sua necessidade para celebração do contrato pretendido, na medida em que tal esteja devidamente justificado e documentado. Estes dados poderão ser utilizados para preparar ofertas comerciais e propostas contratuais, no seguimento do pedido do titular relacionado com a execução e/ou celebração de um contrato.

**A NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DE UMA OBRIGAÇÃO JURÍDICA:** Os dados do titular podem ser tratados na medida em que tal tratamento seja necessário ao cumprimento de obrigações jurídicas a que o Responsável pelo Tratamento esteja sujeito em virtude das exigências da legislação da União Europeia ou de um Estado-Membro, como é o caso de Portugal.

**A EXISTÊNCIA DE UMA FINALIDADE COMPATÍVEL COM AQUELA PARA A QUAL OS DADOS FORAM INICIALMENTE RECOLHIDOS:** Se os dados forem recolhidos com um propósito (finalidade) poderão ser usados para outro propósito, desde que este seja compatível com o primeiro. Nestes casos não é necessário justificar as operações de tratamento de dados pessoais com um fundamento jurídico distinto daquele que permitiu a recolha inicial daqueles dados. No entanto, deve a EINHELL verificar:

- .1 O cumprimento dos requisitos de licitude do tratamento inicial;
- .2 A existência de uma ligação entre a primeira finalidade e aquela a que se destina a nova operação de tratamento;
- .3 O contexto em que os dados pessoais foram recolhidos, em especial das expectativas razoáveis do titular dos dados quanto à sua posterior utilização, baseadas na sua relação com o responsável pelo tratamento;

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

- .4 A natureza dos dados pessoais;
- .5 As consequências que o posterior tratamento dos dados possa ter para os titulares;
- .6 A existência de garantias adequadas tanto no tratamento inicial como nas outras operações de tratamento previstas.

### **A EXISTÊNCIA DE INTERESSES LEGÍTIMOS PROSEGUIDOS PELO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU POR OUTREM:**

O tratamento de dados fundamentado com base em interesses legítimos da EINHELL ou de eventuais parceiros apenas será lícito se não implicar que algum direito ou liberdade fundamental do titular dos dados seja descurado. Poderá existir interesse legítimo, por exemplo, quando:

- .1 Se verifique uma relação relevante e apropriada entre a EINHELL e o titular dos dados (por exemplo, em caso de o titular ser cliente ou colaborador da mesma), e este consiga esperar tratamento adicional dos seus dados;
- .2 O tratamento de dados é necessário à prevenção e controlo de fraude;
- .3 O tratamento de dados sirva efeitos de comercialização direta.

Atendendo que os interesses legítimos redundam num conceito bastante amplo, sempre que a EINHELL pretenda realizar alguma operação de tratamento legitimada por este fundamento de licitude, deverá concretizar qual o interesse subjacente. Esta concretização deverá ter lugar quando aquele consubstanciar um interesse real e atual, correspondendo a atividades ou benefícios esperados num futuro próximo e não como uma mera previsão, uma vez que os interesses demasiado vagos ou meramente especulativos são insuficientes para legitimar o tratamento dos dados. Sempre que proceda a tal tratamento, a EINHELL informará os titulares dos dados pessoais de quais os interesses inerentes ao mesmo.

**O CONSENTIMENTO:** O consentimento será o último fundamento de tratamento de dados a ser utilizado pela EINHELL, para justificar as operações de tratamento de dados que realiza. A EINHELL apenas solicitará consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais, quando não se verificar nenhum outro fundamento de licitude previsto. Sempre que seja o caso, a EINHELL recorrerá a mecanismos que permitam documentar os justos termos em que o consentimento for prestado.

Para que o consentimento possa ser considerado válido, o mesmo terá de resultar de um ato positivo, claro e que reflita a vontade livre, específica, informada e inequívoca do titular, dirigida a

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

determinado tratamento sobre os seus dados pessoais – podendo este ser revogado a todo o tempo. Não podem ser utilizados meios destinados à obtenção indevida do consentimento do titular de dados, como são exemplo o uso de opções pré-validadas, ou do silêncio como forma de consentimento implícito. Nas situações de pessoas com deficiência visual ou auditiva, estas sempre terão direito a um processo comunicacional adaptado à sua condição particular. O mesmo acontecerá nos casos em que a pessoa não saiba ler ou escrever, ocasião em que pode recorrer à assinatura a rogo, depois de lhe ser dada toda a informação necessária e de lhe ser lido o consentimento que presta. Pode ainda ser este ser prestado verbalmente, se o seu titular permitir que seja devidamente documentado e arquivado.

A EINHELL cumprirá integralmente as regras relativas à prestação do consentimento, sob pena da prática de contraordenação muito grave.

**O CONSENTIMENTO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES LABORAIS:** Sendo o consentimento um dos vários fundamentos que presidem ao tratamento de dados pessoais – e não o principal –, nada obsta a que em determinadas circunstâncias se configure como mais apropriada a adoção de um dos outros fundamentos previstos para tal. No âmbito laboral, o consentimento não constitui requisito de legitimidade do tratamento dos dados pessoais relativos aos colaboradores – uma vez que é pouco provável que o mesmo se arrogue como livre e espontâneo –, se deste resultar uma vantagem jurídica ou económica para aqueles, ou, se o tratamento for no âmbito da execução de um contrato ou de diligências pré-contratuais. Desta feita, o consentimento de um trabalhador só poderá ser validado no âmbito laboral, quando se verifique que o titular dos dados exerceu de facto uma escolha livre, não existindo qualquer risco de daí poderem advir consequências negativas que possam pressionar aquele na sua decisão.

### **C. DURAÇÃO E FINALIDADE DO TRATAMENTO**

O tratamento de dados pessoais poderá ainda pressupor a identificação de uma finalidade específica de tratamento, e dependerá sempre da definição dos períodos de duração do mesmo e da conseqüente conservação dos dados pessoais tratados.

**SOBRE A DURAÇÃO:** As operações de tratamento de dados pessoais devem ser realizadas pelo período mínimo necessário, findo o qual, a EINHELL cessará a atividade de tratamento ou solicitará a autorização do titular para continuar o tratamento dos seus dados.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

A duração da operação de tratamento poderá ultrapassar o prazo previsto, no caso de existirem normas legais que obriguem ao tratamento (em especial, à conservação dos dados) por um prazo mais alargado.

**SOBRE A FINALIDADE:** No momento da recolha de dados pessoais o titular deve fornecer ou autorizar (nos casos em que o fundamento de licitude de tratamento seja o consentimento) os seus dados para a(s) finalidade(s) específica(s) e concreta(s) que lhe seja(m) transmitida(s).

### D. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

O RGPD além de definir o conceito de dados pessoais introduziu também a necessidade de os categorizar, inclusive, através da consagração de obrigações que impendem sobre o Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais a este respeito.

Desta categorização, podem identificar-se várias tipologias de dados pessoais, tais como: dados de identificação, dados relacionados com características físicas e psicológicas, dados financeiros, dados sociais, dados de rastreamento, dados de saúde, etnia, raça, entre outras.

No que toca a **categorias especiais de dados pessoais**, a saber, *«que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa»* os mesmos merecem uma proteção acrescida, uma vez que o seu tratamento poderá não justificar o risco sobre os direitos, liberdades e interesses fundamentais do titular (nomeadamente, o seu direito à reserva da vida privada e demais direitos conexos). O tratamento destes dados, também apelidados “sensíveis” é por regra proibido, a menos que:

- .1 O titular dos dados preste **consentimento explícito** para o tratamento dentro de uma ou mais finalidades específicas;
- .2 O tratamento seja necessário para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do Responsável pelo Tratamento ou do titular dos dados em matéria de **legislação laboral, de segurança social e de proteção social**;
- .3 O tratamento seja necessário para proteger os **interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa**, no caso de incapacidade física ou legal de prestar consentimento;

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

- .4 O tratamento seja efetuado no âmbito de atividades legítimas e mediante garantias adequadas, por uma **fundação, associação ou qualquer outro organismo sem fins lucrativos** e que prossiga **fins políticos, filosóficos, religiosos ou sindicais**, e desde que esse tratamento se refira exclusivamente aos **membros ou antigos membros desse organismo** ou a **pessoas que com ele tenham mantido contactos regulares relacionados com os seus objetivos**, e que os **dados pessoais não sejam divulgados a terceiros** sem o consentimento dos respetivos titulares;
- .5 O tratamento se refira a dados pessoais que tenham sido **manifestamente tornados públicos** pelo seu titular;
- .6 O tratamento seja necessário à **declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial** ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- .7 O tratamento seja necessário por **motivos de interesse público importante** proporcional ao objetivo visado, desde que respeite a essência do direito à proteção dos dados pessoais e preveja medidas adequadas e específicas que salvaguardem os direitos fundamentais e os interesses do titular dos dados;
- .8 O tratamento seja necessário para efeitos de **medicina preventiva ou do trabalho**, para a **avaliação da capacidade de trabalho do empregado**, o **diagnóstico médico**, a **prestação de cuidados ou tratamentos de saúde** ou de **ação social** ou a **gestão de sistemas e serviços de saúde** ou de **ação social** com base no direito ou por força de um contrato com um profissional de saúde. O tratamento é permitido também se for realizado sob a responsabilidade de um profissional sujeito à obrigação de sigilo profissional, (ou por outra pessoa igualmente sujeita a uma obrigação de confidencialidade).
- .9 O tratamento seja necessário por **motivos de interesse público no domínio da saúde pública**, tais como a proteção contra ameaças transfronteiriças graves para a saúde ou para assegurar um elevado nível de qualidade e de segurança dos cuidados de saúde e dos medicamentos ou dispositivos médicos, sempre tendo por base o sigilo profissional;
- .10 O tratamento seja necessário para **fins de arquivo de interesse público, de investigação científica ou histórica ou estatísticos**.

### III. DADOS PESSOAIS NA ESTRUTURA EMPRESARIAL

Os dados pessoais dizem sempre respeito a um titular de dados pessoais. No âmbito empresarial, consideram-se titulares de dados os colaboradores, prestadores de serviços ou, outras pessoas com quem a empresa se relacione, mormente clientes ou utilizadores do seu *website*.

#### A. DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES

No exercício de atividade que prossegue, a EINHELL recolhe dados pessoais de colaboradores em vários e distintos momentos, pautando tal recolha e tratamento com os limites plasmados no Código do Trabalho e demais legislação conexa e, bem ainda, com os princípios inerentes ao tratamento decorrentes do RGPD. Também alguns prestadores de serviços da EINHELL (nomeadamente contabilista certificado) podem eventualmente ter acesso e proceder ao tratamento dos dados pessoais dos seus colaboradores, desde que para efeitos de gestão das relações laborais, verificada que esteja a necessidade de tal acesso e tratamento e, desde que o mesmo esteja ao abrigo de um contrato de prestação de serviços sujeito a garantias de sigilo e confidencialidade.

A EINHELL recolhe e trata dados pessoais dos seus colaboradores:

**NO ÂMBITO DE RECRUTAMENTO E CONTRATAÇÃO:** A EINHELL não promove qualquer processo de recrutamento, pelo que recorre para o efeito, a empresas de trabalho de temporário quando há necessidade de integrar novos colaboradores na sua estrutura.

Todavia, a EINHELL receciona *Currículos Vitae*, a título de candidaturas espontâneas, as quais são realizadas por *e-mail* ou em mão. Desta feita, e na medida em que não promove diretamente nenhum processo de recrutamento, a EINHELL eliminará todas as candidaturas espontâneas eventualmente rececionadas, visto não dispor de qualquer fundamento que legitime, desta forma, o tratamento dos dados pessoais que as mesmas contêm.

**NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS:** No que concerne ao tratamento de dados de colaboradores, existe um formato de tratamento de dados bem vincado, que tem por génese as obrigações legais existentes, nomeadamente:

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

- .1 Obrigações para com a Segurança Social: envio de dados para a Segurança Social, nomeadamente, para efeitos de inscrição e cessação de colaboradores junto da mesma, para efeitos de inscrição e cessação de colaboradores no Fundo de Garantia Salarial e ainda, para a resolução das demais questões em geral que possam surgir, referentes aos colaboradores e relacionadas com esta entidade.
- .2 Obrigações emergentes do Código de Trabalho, mormente no que respeita às obrigações do empregador com vista à realização de formação profissional e ainda no respeitante aos registos de horário, de férias, de distribuição, manutenção de mapas de deslocações, entre outras decorrentes do mesmo diploma.
- .3 Obrigações para com a Autoridade para as Condições de Trabalho, das quais se destacam as comunicações relativas a acidentes mortais ou a lesões físicas graves.
- .4 Obrigações relativas ao envio de informações à Autoridade Tributária e Aduaneira, como é o caso das declarações de rendimentos para efeitos de descontos.
- .5 Obrigações relativas a comunicações a autoridades judiciais, nomeadamente, o envio de informação a Tribunais, ou a outras entidades, tais como solicitadores e agentes de execução (v.g. envio de informação relativa ao vencimento dos colaboradores).
- .6 Obrigações de informação ao Instituto Nacional de Estatística, I.P., por exemplo, para efeitos de estatística oficial sobre acidentes de trabalho.
- .7 Obrigações emergentes no âmbito da gestão da informação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho.
- .8 Obrigações relacionadas com o envio de dados dos colaboradores para Seguradoras – tais como recibos de vencimento e dados de identificação dos colaboradores para efeitos relacionados com o seguro de acidentes de trabalho.

As operações que tenham por base o cumprimento de obrigações legais não prejudicam o dever da EINHHELL no que diz respeito à limitação do tratamento de dados ao mínimo necessário e às garantias de segurança destes dados.

**NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO:** Assumindo a qualidade de entidade empregadora, a EINHHELL é obrigada a organizar as suas atividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, por forma a prevenir riscos profissionais e a promover a saúde dos colaboradores. Para tal, e em cumprimento das



## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

obrigações legais relacionadas com a organização das atividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a EINHELL contrata uma empresa externa que presta esse serviço, e nesse âmbito, trata dados pessoais dos seus colaboradores – entre os quais se encontram dados sensíveis (mormente dados de saúde).

Os dados pessoais tratados em sede de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho – como a realização de relatórios com vista a identificar o risco de doença profissional –, serão tratados por técnicos de segurança devidamente qualificados pelo título profissional legalmente exigido, e aptos para assegurar as condições de segurança necessárias. Já a informação de saúde, respetiva responsabilidade técnica, e efetivo tratamento, estarão adstritos aos médicos, médicos assistentes e enfermeiros do trabalho.

Todos estes profissionais cooperarão entre si no exercício das suas funções, em total respeito pelas obrigações de sigilo e de confidencialidade a que estão legal e profissionalmente vinculados.

Face à sensibilidade inerente aos dados de saúde dos colaboradores – como o é a informação relativa aos seus resultados médicos, à ocorrência de baixas por doença e/ou sinistro –, e bem ainda, aos dados relativos a hábitos pessoais – como a tendência para o tabagismo –, a EINHELL compromete-se a:

1. Assegurar medidas de não discriminação;
2. Controlar os hábitos pessoais apenas no estritamente necessário, quando estas informações se possam relacionar com certas sintomatologias e outros dados de saúde;
3. Garantir medidas de segurança da informação. Tal inclui a própria conservação dos documentos de forma segura e pelo período legalmente definido, a adoção de medidas internas quanto à circulação e acesso dessa informação, e a separação física e lógica destes dados pessoais, dos demais que circulem na sua estrutura.

Desde logo, em relação à informação de saúde, a EINHELL apenas terá acesso à Ficha de Aptidão do colaborador e a outras indicações médicas sobre a condição dos titulares de dados que sejam necessárias ao exercício das suas funções e que não estejam abrangidas pelo sigilo profissional.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

Em termos organizacionais, cada colaborador será associado a uma “Ficha Clínica Individual” onde consta todo o registo relativo a informação de saúde que lhe diga respeito. Esta integrará a “informação médica” inscrita pelo profissional de saúde responsável por assistir o colaborador no âmbito da Medicina no Trabalho, designadamente, os resultados dos exames médicos realizados.

O acesso à informação de saúde por parte do colaborador será sempre feito por intermediário do profissional de saúde que o assiste, sem prejuízo de o médico responsável dever entregar-lhe cópia da sua ficha clínica quando deixe de prestar serviço na empresa.

Os registos e arquivos relativos aos serviços de segurança e de saúde no trabalho devem ser mantidos, pelo menos durante 40 anos, a contar do final da exposição aos perigos inerentes ao seu posto de trabalho. Não obstante a circulação desta informação por tais profissionais estar limitada à comunicação dos dados de saúde dos colaboradores às autoridades de saúde e aos médicos da Autoridade para as Condições de Trabalho. Esta informação sempre circulará de forma a impedir a sua visualização e acesso por pessoa não autorizada, e, preferencialmente, diretamente entre profissionais de saúde obrigados ao sigilo profissional.

**NAS RELAÇÕES COM SEGURADORAS:** Em cumprimento das suas obrigações legais em matéria de transferência de responsabilidade, a EINHELL relaciona-se com Seguradoras que cobrem acidentes de trabalho sobre os seus colaboradores.

Para tal, a EINHELL comunica às Seguradoras contratadas a informação relativa à atividade profissional do colaborador, como o salário e outras remunerações regulares (ex: subsídio de refeição) – e os sinistros ocorridos, através do preenchimento da participação do seguro. Pode, também, comunicar informação não detalhada dos cuidados prestados aos colaboradores se for estritamente necessário à faturação e cobrança de valores, dentro da gestão desses serviços de saúde.

A EINHELL poderá fornecer igualmente seguros de saúde para os seus colaboradores, sendo que será a Seguradora contratada para o efeito, a respetiva responsável pelo tratamento dos dados recolhidos (incluindo dados de saúde e demais informação sensível solicitada).

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

A EINHELL poderá atuar como intermediária entre as Seguradoras e os colaboradores para estes efeitos, mas apenas conservará os respetivos dados pessoais em casos de absoluta necessidade e sempre em cumprimento dos princípios da minimização e da limitação de acesso.

**NO SEGUIMENTO DA BOA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DA RELAÇÃO CONTRATUAL:** No que diz respeito à gestão dos postos de trabalho e da estrutura humana da empresa, a EINHELL adota várias medidas administrativas que envolvem o tratamento de dados pessoais de colaboradores (ainda que, em alguns casos, através de empresas subcontratadas para o efeito) tais como:

1. Troca de correspondência com os colaboradores, por *e-mail*;
2. Implementação de programas de gestão empresarial (ERP's) organizados por módulos, de pastas partilhadas em rede, de programas de gestão documental e outras plataformas, todos associados a políticas de acesso.
3. Envio de comunicações internas, por exemplo através de circulares;
4. Elaboração de contratos de trabalho;
5. Implementação de procedimentos seguros para recolha de informação pessoal do colaborador, nomeadamente, a criação de depósitos de para justificação de faltas;
6. Comunicação de elementos de identificação do colaborador aos serviços que lhe prestem cuidados de saúde em caso de acidente, no caso de este estar incapacitado de o fazer por si;
7. Comunicação de informação identificativa e relativa à atividade profissional do colaborador para efeitos de processamento salarial a entidades suas parceiras.

Estão em causa – no mais –, **dados essencialmente de foro identificativo do colaborador** (nome, número de colaborador, categoria profissional e eventuais contactos).

O colaborador será informado desta POLÍTICA e das operações de tratamento que a EINHELL realiza sobre os seus dados pessoais.

A conservação destes dados será feita pelo período em que durar a relação contratual, salvo se as disposições legais aplicáveis a cada momento estabelecerem outros prazos de conservação, o colaborador nisso expressamente consentir, ou se existirem interesses superiores devidamente identificados e definidos em conformidade com esta POLÍTICA.

## **– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

**PARA EFEITOS DE CONTROLO DE ASSIDUIDADE:** Por forma a realizar um controlo de assiduidade, registando as entradas e saídas dos colaboradores e, bem ainda, de um controlo de acesso às suas instalações, a EINHELL recorre a um sistema biométrico – sendo este o fundamento para o tratamento efetuado. Desta feita, é recolhida a informação biométrica da íris ocular dos colaboradores.

### **PRAZOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO LABORAL:**

Considera-se enquanto prazo de conservação, aquele que estiver fixado por norma legal ou regulamentar, ou, caso tal não se verifique, o que se considerar necessário para a prossecução das finalidades do tratamento. Aplicam-se os seguintes prazos legais de conservação de dados pessoais em contexto laboral:

- .1 Dados obtidos durante o recrutamento: 5 anos. No entanto, se o colaborador for contratado, os dados deverão ser conservados durante a relação laboral.
- .2 Contratos de trabalho: até 12 anos após o fim dos mesmos.
- .3 Documentos de inscrição e cessação junto da Segurança Social, Fundo de Garantia Salarial, Autoridade para as Condições do Trabalho: até 12 anos após o fim do contrato de trabalho.
- .4 Elementos contabilísticos, como os recibos de vencimento ou o relatório único: até 12 anos após o fim do contrato de trabalho.
- .5 Elementos obrigatórios para a Segurança, Higiene e Saúde no trabalho: o prazo de conservação está definido em 40 anos, mas existe a obrigação de transferir todos estes dados para os Ministérios competentes se, antes de decorridos 40 anos, a entidade empregadora (EINHELL) for extinta.
- .6 Elementos de formação profissional: até 1 ano após o fim do contrato de trabalho, mas sempre 3 anos depois da formação do colaborador.
- .7 Registos laborais obrigatórios (como o registo de horário e de férias e o mapa de horário de trabalho): em princípio, o período de conservação será de até 1 ano após o fim do contrato de trabalho, mas poderão ser guardados até 12 anos, sendo necessária uma avaliação da situação em cada caso.
- .8 Documentos sobre seguros: no mínimo 5 anos, e, dependendo da apólice de seguro, pode atingir o prazo de 1 ano após o fim do contrato de trabalho.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

- .9 Arquivo de *logs* em sede de registo de acesso a informação sensível: até 1 ano;
- .10 Demais dados pessoais tratados no âmbito do controlo da utilização, para fins privados, dos meios de informação e comunicação no contexto laboral: até 6 meses.
- .11 Dados biométricos dos colaboradores: conservados sobre o período necessário para a prossecução das finalidades do tratamento a que se destinam. Serão destruídos aquando da cessação do contrato de trabalho do colaborador, ou aquando da sua transferência para outro local de trabalho.

### **B. DADOS PESSOAIS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS**

No exercício de atividade que prossegue, a EINHELL pode contratar prestadores de serviços em nome individual, pelo que recolhe e trata os respetivos dados pessoais em vários e distintos momentos – nomeadamente, no âmbito de diligências pré contratuais. Durante estes momentos negociais e de contratação, pode ser recolhida informação pessoal – mormente **dados pessoais identificativos** como o nome e contactos, e **dados profissionais** como, *Curriculum Vitae*, referências e experiência profissional –, que será tratada pela EINHELL, sendo garantida a confidencialidade no seu tratamento, nos termos desta POLÍTICA.

### **SÃO PRAZOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO DE CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

- .1 Dados obtidos através de *Curriculum Vitae* ou semelhantes: durante a vigência da relação contratual.
- .2 Contratos de prestação de serviços: até 12 anos após a cessão dos mesmos.
- .3 Elementos contabilísticos (i.e. recibos verdes, declaração de rendimentos, entre outros): até 12 anos após a cessão do contrato de prestação de serviços.
- .4 Quando os dados pessoais são necessários para que o responsável pelo tratamento comprove o cumprimento de obrigações contratuais, os mesmos devem ser conservados até que decorra o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

**C. DADOS PESSOAIS DE CLIENTES**

No exercício das atividades que prossegue, a EINHELL poderá recolher dados pessoais de clientes, mormente, para efeitos de **CONTRATAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS (OU DILIGÊNCIAS PRÉ CONTRATUAIS)**:

Em sede comercial, a EINHELL poderá recolher dados pessoais de clientes particulares que pretendam contratar os seus serviços – quer se tratem de clientes particulares *per si* ou empresas em nome individual –, nomeadamente os seus dados identificativos – nome, morada e dados fiscais. Poderão ainda ser recolhidos endereços de contacto (telefónico ou eletrónico) de clientes para envio de faturação, orçamentos ou, outras diligências ou contactos pré contratuais.

Os dados fornecidos neste âmbito serão usados em diligências pré-contratuais e de execução do próprio contrato a que o cliente se submeteu, mais concretamente, para:

- .1 Prestar apoio pós prestação de serviços, nomeadamente gerindo eventuais reclamações ou pedidos de reparação e de venda de acessórios – Serviço Pós Venda;
- .2 Responder a pedidos de informação;
- .3 Prestar serviços associados, relacionados com o Apoio ao Cliente.

A EINHELL respeitará as obrigações de informação, registo e documentação associadas a operações de tratamento de dados pessoais cuja base é um contrato, e demais resultantes desta POLÍTICA.

**SÃO PRAZOS DE CONSERVAÇÃO EM SEDE DE SERVIÇOS PRESTADOS A CLIENTES:**

- .1 Prazo de conservação dos livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte: 12 anos.
- .2 Prazo de prescrição geral, nomeadamente para o caso de o cliente se entender lesado contratualmente: 20 anos.
- .3 Prazo de prescrição de procedimento criminal: 15 anos.
- .4 Quando os dados pessoais são necessários para que o responsável pelo tratamento comprove o cumprimento de obrigações contratuais, os mesmos devem ser conservados até que decorra o prazo de prescrição dos direitos corresponsivos.

**D. DADOS PESSOAIS DE UTILIZADORES:**

**UTILIZAÇÃO DO WEBSITE:** A EINHELL detém um *website* sob o domínio "<https://www.einhell.pt/pt-pt.html>" – que possibilita ao utilizador conhecer a empresa e os equipamentos por ela comercializados e, bem ainda, os serviços prestados no âmbito da prossecução da sua atividade profissional.

Neste *website* estão disponíveis ao utilizador alguns contactos – morada e número de telefone –, através dos quais poderá encetar comunicações com a EINHELL. Poderá também fazê-lo através do preenchimento do formulário de contacto disponível no *website*, o qual implica o envio de dados pessoais à EINHELL (nome, *e-mail* e telefone).

Como em qualquer outro *website*, a EINHELL recorre ao uso de tecnologias suscetíveis de tratarem dados pessoais dos seus utilizadores – como é o caso dos testemunhos de conexão ("cookies"), mas não só.

A recolha de todos estes dados pessoais e mais alguns, no âmbito da utilização de um *website*, não será feita sem mais, pois que, a EINHELL informará os seus utilizadores, na qualidade de titulares de dados pessoais, desta POLÍTICA e de outras, específicas do *website* – dedicadas a regulamentar o tratamento que é feito sobre os mesmos. Estas informações serão facilmente acessíveis e prestadas de forma clara e transparente, associadas a um pedido de consentimento para o tratamento que se pretenda fazer dos dados a recolher, sempre que tal seja necessário.

A EINHELL subcontrata outras entidades para a gestão do seu *website*, que terão, necessariamente, acesso aos dados dos utilizadores, pelo que serão balizadas as responsabilidades em termos de tratamento de dados pessoais, garantindo a confidencialidade, integridade e segurança dos dados fornecidos.

**COMUNICAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE TITULARES DE DADOS PESSOAIS:** No seu *website* a EINHELL fornece contactos que estão publicamente disponíveis aos utilizadores do mesmo. Estes formulários de contactos estarão devidamente identificados e limitados à medida do necessário, uma vez que poderão ser utilizados para a solicitação de informações, esclarecimentos e sugestões relativamente aos serviços prestados, bem como para realização de reclamações e outras comunicações semelhantes.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

### **SÃO PRAZOS DE CONSERVAÇÃO EM FUNÇÃO DE DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DO WEBSITE:**

- .1 Prazo previsto nas respectivas políticas do *website*, relativamente à data de expiração dos dados armazenados por estas tecnologias.
- .2 Prazo em relação ao qual as comunicações trocadas entre as partes durarem.

### **E. SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA:**

Dispondo de um sistema de videovigilância, a EINHELL recolhe e trata, eventual e acidentalmente, dados pessoais de colaboradores e de clientes neste contexto (imagem).

O sistema de videovigilância instalado nas instalações da EINHELL cumpre as exigências legais vigentes ao momento, apurando-se assim a conformidade desta operação de tratamento de dados com os termos e exigências da privacidade e proteção de dados pessoais.

A EINHELL apenas utiliza os equipamentos de videovigilância com o intuito de proteção e segurança de pessoas e bens, atuando com respeito pelas disposições previstas no Código do Trabalho no tocante a esta matéria, na medida em que não utiliza os mesmos para fins de controlo de desempenho profissional dos colaboradores.

As imagens captadas desta forma são arquivadas por 30 dias, período após o qual são eliminadas, salvo a existência de exigências legais ou outras em sentido contrário.



#### IV – PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS

No âmbito de uma prestação de serviços, a EINHELL poderá cooperar com outras entidades que tratem dados pessoais por sua conta (“subcontratantes”), ou que estejam autorizadas a ter contacto com os mesmos, ou até que com eles lidem de forma puramente incidental (“terceiros”).

Em tais situações, tanto poderá estar em causa a prestação de um serviço de limpeza das suas instalações cujo objeto do contrato não é a realização de operações de tratamento de dados pessoais, como poderá estar em causa a subcontratação de Prestadores de Serviços que, no âmbito de execução de um contrato, terão de aceder e tratar dados recolhidos e inicialmente tratados pela EINHELL.

Quando estejamos perante a subcontratação de Prestadores de Serviços cujo objeto do contrato passe pela realização de operações de tratamento de dados pessoais, a EINHELL poderá transferir os dados pessoais que trata para essas pessoas ou entidades, que poderão ser: instituições financeiras, seguradoras, serviços de assessoria técnica ou de auditoria, entidades de deteção e prevenção de fraude ou de prestação de serviços de segurança, medicina no trabalho ou empresas de formação profissional (entre outros).

Os Parceiros e Prestadores de Serviços que com a EINHELL se relacionem celebrarão com esta, acordos de regulação de responsabilidades em matéria de proteção de dados pessoais. Tais acordos deverão ser reduzidos a escrito, devendo ainda fazer menção ao objeto do contrato, com especial incidência sobre a concreta operação de tratamento de dados a realizar, respetiva duração, finalidade do tratamento, tipo de dados pessoais tratados e categorias de titulares de dados pessoais envolvidos.

O titular dos dados poderá, a qualquer momento, solicitar informações acerca dos termos em que os seus dados são tratados pelos Parceiros e Prestadores de Serviços da EINHELL.

A EINHELL apenas aceitará relacionar-se com entidades que assegurem o cumprimento das suas obrigações nos termos desta POLÍTICA, sob pena de incorrer numa contraordenação grave (sem prejuízo de outras que as partes entendam ser mais vantajosas para o titular dos dados pessoais), a saber:

- .1 Não podem subcontratar uma outra entidade para tratar os dados objeto do acordo existente com a EINHELL, sem o seu consentimento anterior e expresso, fornecido por

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

- escrito. E, quando o façam, devem garantir que o subcontratante ulterior cumpre as demais obrigações do RGPD em iguais termos.
- .2 Não podem transferir os dados pessoais dos titulares para pessoas ou entidades fora da União Europeia, exceto quando tal for necessário por exigência legal ou perante a existência de interesse público preponderante, devendo informar a EINHELL.
  - .3 Devem guardar sigilo sobre todas as informações a que tenham acesso na execução do acordo.
  - .4 Devem possuir e manter as medidas técnicas e organizativas adequadas e suficientes para que as operações de tratamento dos dados pessoais levadas a cabo cumpram os requisitos previstos no RGPD, nomeadamente, no que respeita à defesa dos direitos dos respetivos titulares e à segurança do referido tratamento, de forma a não colocar em risco os dados pessoais tratados.
  - .5 Devem apagar ou devolver à EINHELL os dados pessoais a que tenham acesso, aquando do término do acordo entre si celebrado, apagando todas as cópias existentes, a menos que exista uma obrigação legal ou um interesse público prioritário, devendo informar a EINHELL quando tal se verificar.
  - .6 Devem disponibilizar à EINHELL todas as informações necessárias para que esta cumpra as obrigações a que esteja sujeita ao abrigo do RGPD, facilitando e contribuindo para as auditorias, inspeções e demais fiscalizações.
  - .7 Devem conservar registos escritos das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da EINHELL nos termos do RGPD, disponibilizando os registos das mesmas à CNPD.
  - .8 Não podem tratar dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a daquela que é objeto da prestação dos serviços, muito menos para prosseguir os próprios interesses.
  - .9 Devem disponibilizar a formação necessária em proteção de dados pessoais, ao pessoal autorizado a tratar dados pessoais.
  - .10 Quando necessário, devem designar um Encarregado da Proteção de Dados e divulgar os respetivos contactos à EINHELL.
  - .11 Devem informar a EINHELL quando considerarem que as suas instruções se mostram contrárias ao RGPD, ao direito da União Europeia ou dos Estados-Membros.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

Sempre que a EINHELL figure na qualidade de Parceiro ou Prestador de Serviço num acordo celebrado com outra entidade, atuará segundo as orientações e instruções fornecidas por esse Responsável pelo Tratamento de Dados e nos termos da presente POLÍTICA.

### A. QUALIDADE DA EINHELL GERMANY AG ENQUANTO SUBCONTRATANTE DA EINHELL PORTUGAL

A EINHELL integra um grupo empresarial designado “Grupo EINHELL”, no qual se inclui a EINHELL GERMANY AG – empresa pioneira da criação subsequente do grupo.

De entre as várias relações contratuais que a EINHELL PORTUGAL mantém com diferentes prestadores de serviços subcontratados, cumpre evidenciar a especial relação que se estabelece entre esta e a EINHELL GERMANY AG, dadas as especificidades do tratamento de dados pessoais que se estabelece entre ambas.

A EINHELL GERMANY presta remotamente, à EINHELL PORTUGAL, serviços relacionados com a gestão dos sistemas de informática e tecnologia que a segunda utiliza no âmbito da prossecução da sua atividade profissional e, ainda, com a gestão dos serviços pós venda. Por assim ser, a EINHELL PORTUGAL celebrou com a EINHELL GERMANY AG, um “Acordo para o Tratamento de Dados Pessoais”, o qual visa regular a relação que entre as duas se estabelece em matéria de proteção de dados, mormente, no que respeita aos direitos e obrigações de ambas as partes e, ainda, das responsabilidades que lhes estão incumbidas. Deste acordo resulta evidenciada a **qualidade da EINHELL GERMANY AG enquanto subcontratante da EINHELL PORTUGAL**, em virtude do tratamento de dados pessoais de colaboradores, clientes, prestadores de serviços e utilizadores do *website* que a primeira realiza por conta da segunda, no âmbito da prestação dos serviços contratados. Daqui decorre que, a EINHELL GERMANY poderá ter acesso, quando necessário para a prestação dos seus serviços, aos dados pessoais dos titulares supra identificados. Esses dados reportar-se-ão, essencialmente, aos dados identificativos e de contacto dos titulares (nome, morada, contactos, assinatura, nacionalidade, profissão, dados bancários – quando necessário, etc.), tendo a EINHELL GERMANY ainda acesso, sempre que tal se verifique necessário para o exercício da sua prestação de serviços,

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

aos dados de saúde dos colaboradores da EINHELL (dados estes referentes às fichas de aptidão no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho).

Os colaboradores da EINHELL GERMANY que procederão ao tratamento dos dados pessoais enunciados estão sujeitos ao sigilo profissional, garantindo aquela, a confidencialidade do tratamento levado a cabo.

Os titulares dos dados poderão exercer os seus direitos sobre o tratamento de dados perante a EINHELL PORTUGAL e perante a EINHELL GERMANY, sendo que a esta última empresa incumbe o dever de apoiar os mesmos no exercício dos seus direitos, sob as orientações da EINHELL PORTUGAL.

## V. PRINCÍPIOS QUE VINCULAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A EINHELL compreende que a salvaguarda da dignidade, liberdade e autonomia dos titulares dos dados que trata depende do respeito de um conjunto de princípios basilares - que assegura, sob pena de incorrer na prática de uma contraordenação muito grave - nomeadamente:

**PRINCÍPIO DA LICITUDE:** Apenas serão tratados dados pessoais quando para tal exista um fundamento legítimo previsto por lei, em total salvaguarda dos direitos dos respetivos titulares.

**PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA:** Todas as comunicações e informações relacionadas com as operações de tratamento de dados pessoais serão de fácil acesso e formuladas em linguagem clara e precisa. A EINHELL prestará todas as informações relevantes aos titulares dos dados pessoais. Assim sendo, privilegia a recolha de dados pessoais junto do titular dos dados, atuando, na medida do possível, para salvaguardar que o mesmo se encontre devidamente informado sobre as operações de tratamento conduzidas sobre os seus dados pessoais.

**PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS FINALIDADES:** Apenas serão tratados dados pessoais na medida em que os fins do tratamento não possam ser atingidos por outros meios.

**PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO DOS DADOS E DA LIMITAÇÃO DO SEU TRATAMENTO:** Apenas serão usados os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao necessário, de acordo com os fins objeto do seu tratamento, assim como apenas serão conservados pelo período mínimo para o efeito. A EINHELL garante estabelecer prazos de conservação de dados para cada operação de tratamento que lhes diga respeito, findo os quais apagará os mesmos, mais se comprometendo a rever, regular e periodicamente, a licitude dos dados tratados. Sempre que possível, os dados pessoais usados deverão ser anonimizados.

**PRINCÍPIO DA EXATIDÃO, DA INTEGRIDADE E DA LEALDADE DOS DADOS:** Por forma a evitar que os dados pessoais tratados sejam indevidamente manuseados, a EINHELL adotará medidas capazes de manter estes dados corretos, atualizados e íntegros, nomeadamente contra a sua perda, destruição ou danificação sob pena de serem apagados.

**PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE:** Os dados pessoais serão tratados de uma forma que garanta a devida segurança e confidencialidade.

## VI. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

*A privacidade da pessoa é um direito fundamental cada vez mais privilegiado.*

### A. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

**DIREITO DE ACESSO:** O titular dos dados pessoais pode solicitar à EINHELL o acesso aos dados por si facultados, assim como pode procurar obter junto daquela, as informações que estejam relacionadas com o seu tratamento – sobre quem realmente trata os seus dados pessoais, quais os prazos de tratamento associados, as categorias de dados em que se inserem, e até os direitos de que dispõe sobre os mesmos. Contudo, este direito de informação e/ou de acesso poderá ser recusado, quando se verifique a um dever de segredo legalmente imposto à EINHELL, oponível ao próprio titular dos dados. Nestes casos, sempre poderá o titular de dados solicitar parecer à CNPD quando à oponibilidade do dever de segredo.

**DIREITO DE RETIFICAÇÃO:** O titular dos dados pessoais pode e deve retificar os mesmos, não sendo a EINHELL responsável pelos danos que resultem da negligência e do descuido do titular na retificação dos seus dados sempre que as medidas de segurança pertinentes e adequadas tenham sido tomadas.

**DIREITO À LIMITAÇÃO E AO APAGAMENTO (DIREITO A SER ESQUECIDO):** Quando o titular dos dados pessoais entender que as políticas de privacidade apresentadas não são suficientes e quiser “ser esquecido” pelas bases de dados da EINHELL, pode requerer a limitação de tratamento relativamente a todos ou alguns dos dados pessoais tratados e, em última instância, o apagamento dos mesmos quando:

- .1 Verifique que os dados mantidos não estão exatos.
- .2 Considere ou não que os dados são desnecessários às finalidades para as quais foram recolhidos.
- .3 Em caso de ter exercido o seu direito de oposição.
- .4 Se os dados forem tratados ilicitamente.
- .5 Para cumprimento de uma obrigação legal.
- .6 Quando o consentimento para o tratamento foi dado por um menor.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

No entanto, sempre que exista um prazo de conservação dos dados em crise, imposto por lei, este direito só poderá ser exercido no final de tal prazo.

**DIREITO DE PORTABILIDADE:** O titular dos dados pode requerer portabilidade dos seus dados pessoais mediante pedido dirigido à EINHELL, desde que tal seja tecnicamente possível, em formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, esta deverá transferir os dados solicitados nos termos do pedido efetuado. Este direito cinge-se apenas aos dados que tenham sido fornecidos pelos respetivos titulares dos dados.

**DIREITO DE OPOSIÇÃO:** Sempre que os dados pessoais tratados sejam utilizados para salvaguardar interesses legítimos próprios da EINHELL, de eventuais parceiros com quem se relacione, ou de interesses públicos identificados, e o titular de dados pessoais entenda que a forma como os seus dados pessoais são tratados não é a mais indicada à sua situação particular ou que não serve as finalidades para as quais foram facultados, tem o direito de opor-se a tal tratamento.

**LIMITAÇÕES AOS DIREITOS DO TITULAR:** O exercício de qualquer direito por parte do titular dos dados tratados pela EINHELL será por esta assistido no prazo de 30 dias, a menos que se sobreponha razão de interesse público, de interesse legítimo superior próprio da EINHELL ou de terceiros, obrigação legal ou contratual, ou ainda se o pedido for manifestamente infundado. Tais factos impeditivos poderão, inclusive, justificar que os dados facultados sejam conservados para além do período inicialmente previsto.

Sempre que assistir os titulares dos dados no exercício dos seus direitos, a EINHELL poderá pedir informações adicionais com vista a comprovar titularidade dos dados e natureza do pedido.

### **B. TUTELA DOS DIREITOS DO TITULAR**

A presente POLÍTICA visa propósitos essencialmente informativos e de transparência, não invalidando que o titular de dados pessoais que se sinta prejudicado nos seus direitos se socorra dos meios adequados à sua tutela.

O titular pode apresentar reclamações à CNPD ou recorrer às vias judiciais ou ainda, tentar a resolução da sua situação diretamente junto da EINHELL, ou do respetivo Encarregado da Proteção de Dados.

## **– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

Para efeitos de processamento de reclamações, os dados facultados serão tratados em função da duração da comunicação estabelecida e do tempo necessário à resolução do conflito apresentado.

### **C. OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Além de outros deveres de informação plasmados nesta POLÍTICA, os titulares de dados pessoais tratados pela EINHELL, serão informados sobre:

1. A identidade e os contactos da EINHELL;
2. Os contactos do Encarregado da Proteção de Dados;
3. As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam ou o fundamento jurídico para o tratamento;
4. Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
5. A transferência dos dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão Europeia;
6. A existência de interesses legítimos da EINHELL ou de entidade terceira, subjacentes ao tratamento de dados;
7. O prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo;
8. Os seus direitos e forma de exercício dos mesmos;
9. A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis e das consequências que daí advém.

### **D. RESPONSABILIDADE CIVIL**

O titular de dados que tenha sofrido danos advenientes do tratamento ilícito dos seus dados pessoais, ou de qualquer outro ato que viole as disposições do RGPD ou da respetiva lei de execução (Lei 58/2019, de 8 de agosto), auferirá o direito de exigir da EINHELL ou de subcontratante da mesma, a reparação pelos danos sofridos, propondo, para tal, a competente ação de responsabilidade civil. Todavia, sempre que faça prova suficiente de que o facto causador dos danos não lhes é imputável, não haverá lugar a responsabilidade civil.



## VII. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

**COOPERAÇÃO DE PARCEIROS:** a EINHELL poderá cooperar com parceiros ou prestadores de serviços suscetíveis de tratarem dados pessoais por sua conta (subcontratantes) ou de lidarem com eles de forma puramente incidental (terceiros).

**Em todo o caso, a EINHELL adotará as medidas adequadas a garantir que os seus parceiros cumprem todas as suas obrigações relativas à proteção dos dados pessoais objeto das operações de tratamento que conduzem, e em última linha, responsabilizar-se-á pela sua realização, nos termos desta POLÍTICA.**

Para este efeito, todos os parceiros devem concordar em manter um nível de proteção de dados pessoais, equivalente ao plasmado nesta POLÍTICA.

Sempre que os direitos, liberdades e interesses fundamentais dos titulares dos dados pessoais não consigam ser adequadamente salvaguardados – nomeadamente por não existirem garantias pertinentes e suficientes à proteção dos seus dados –, tal transferência depende de consentimento expresso.

Sem prejuízo, poderá haver transferência de dados – para países fora da União Europeia ou organizações internacionais –, por razões relacionadas:

1. Com exigências legais sempre que estejam previstas decisões de adequação que o permitam, ou, outras regras que vinculem a EINHELL.
2. Com a proteção dos titulares dos dados, por exemplo, para evitar *spam* ou tentativas de defraudar os utilizadores dos nossos produtos, ou para ajudar a evitar lesões graves ou a perda de vidas;
3. Com a operabilidade e manutenção da segurança dos serviços da empresa, incluindo evitar ou impedir um ataque nos nossos sistemas informáticos ou redes de utilizadores;
4. Com a proteção dos direitos próprios das empresas, incluindo a aplicação dos termos que regem a utilização dos serviços – sendo que, nestas situações, a vida privada do titular não pode ser investigada por conta própria da empresa ofendida, mas esta poderá denunciar a questão às autoridades competentes;

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

5. Com exigências contratuais promovidas pelo próprio titular.

As transferências para países fora da União Europeia ou organizações internacionais que sejam realizadas no cumprimento de obrigações legais, por entidades públicas no exercício de poderes de autoridade, são consideradas de interesse público.

**A EINHELL sempre assegurará a segurança dos dados pessoais que lhe forem transferidos e aos quais tenha acesso e trate em conformidade com esta POLÍTICA.**

## VIII. CONFIDENCIALIDADE DO TRATAMENTO

As operações de tratamento de dados pessoais conduzidas – quer diretamente pela EINHELL, quer indiretamente por subcontratantes –, são abrangidas por um dever de confidencialidade transversal aos respetivos colaboradores.

Nesta senda, os colaboradores e demais profissionais estão proibidos de aceder a dados pessoais cujo acesso não lhes seja autorizado (no âmbito das suas funções), e, bem assim, de dispor dos mesmos em violação dos termos contratuais aos quais se encontrem vinculados. Assim, estes serão informados deste dever de confidencialidade que os vincula por força dos contratos celebrados com a EINHELL, mesmo após o término das suas funções, e sempre, não obstante, diferente solução resultar de legislação europeia.

A EINHELL estabelecerá políticas de acesso a dados pessoais em razão das necessidades decorrentes das funções inerentes aos vários postos de trabalhos da sua estrutura, e será respeitado o princípio da “necessidade de informação”, impedindo, na medida do possível, a apropriação indevida de dados pessoais objeto das operações de tratamento conduzidas.

**PROFISSIONAL OBRIGADO AO SIGILO:** Os dados sensíveis recolhidos dos colaboradores da EINHELL em sede de medicina preventiva ou do trabalho para efeitos de avaliação da capacidade de trabalho do empregado, diagnóstico médico, prestação de cuidados de saúde ou de ação social, só serão usados por ou sob responsabilidade de um profissional sujeito à obrigação de sigilo profissional imposta pelas normas deontológicas da profissão.

O mesmo acontece com os dados dos titulares de dados, sejam colaboradores, prestadores de serviços ou clientes (incluindo dados contabilísticos, bancários ou de identificação), os quais serão tratados por Contabilista Certificado, Advogado ou Solicitador, igualmente sujeitos à obrigação de sigilo profissional por força dos respetivos Estatutos ou Códigos Deontológicos que regem as respetivas Ordens Profissionais.

## IX. AVALIAÇÃO DE IMPACTO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS (“AIPD”)

O RGPD estipula que o Responsável pelo Tratamento de Dados tem o ónus de implementar medidas e procedimentos eficazes na proteção dos direitos e liberdades das pessoas singulares, de forma a mitigar elevados riscos que sobre estes recaiam aquando do tratamento de dados pessoais que leva a cabo.

Sempre que o tratamento de dados pessoais que a EINHELL realize, suscite dúvidas quanto a saber se implica ou não um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, aquela deverá realizar uma Avaliação de Impacto “*a fim de avaliar a probabilidade ou gravidade particulares do elevado risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento e as fontes do risco*” – em conformidade com o considerando (90) do RGPD.

Esta obrigação é, aliás, extensível aos subcontratantes com quem se relacione.

A AIPD consiste num processo destinado a descrever o tratamento de dados realizado por um Responsável pelo Tratamento, a aferir da necessidade e proporcionalidade desse mesmo tratamento, permitindo assim conhecer quais os riscos que desse mesmo tratamento possam advir, e bem ainda, quais as consequências para os titulares dos dados. Através desta avaliação, torna-se possível determinar, consoante os riscos verificados, as medidas necessárias para as mitigar e para garantir a *compliance* com o RGPD. Considera-se assim que, a AIPD consiste num processo destinado a estabelecer e demonstrar a conformidade das operações de tratamento de dados com o RGPD, podendo ser realizada para este efeito, ainda que não seja obrigatória no caso concreto.

A AIPD é **obrigatória** (sob pena de incorrer em contraordenação grave) nos termos legais se/quando a EINHELL:

- .1 Trate dados pessoais com vista à tomada de decisões baseadas em tratamento automatizado de dados, concretamente, na sequência de qualquer avaliação sistemática e completa dos aspetos pessoais relacionados com pessoas singulares baseada na definição dos perfis desses dados ou na sequência do tratamento de categorias especiais de dados pessoais.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

- .2 Realize operações de tratamento de dados em grande escala, que impliquem elevado risco para o exercício dos direitos dos seus titulares, nomeadamente, em razão da sensibilidade destes dados.
- .3 Introduza um sistema de controlo sistemático de zonas acessíveis ao público em grande escala.
- .4 Introduza novas tecnologias nas operações de tratamento de dados.
- .5 Proceda ao estabelecimento de interconexões de dados pessoais ou realize uma operação de tratamento de dados previstos no n.º 1 do artigo 9.º ou no artigo 10.º do RGPD ou dados de natureza altamente pessoal.
- .6 Realize um tratamento que permita rastrear a localização ou os comportamentos dos respetivos titulares (por exemplo, trabalhadores, clientes ou apenas transeuntes), que tenha como efeito a avaliação ou classificação destes, exceto quando tal seja indispensável para a prestação de serviços requeridos especificamente pelos mesmos.
- .7 Utilize uma nova tecnologia de forma massiva e para controlo de dados em grande escala.

A EINHELL deverá servir-se destas avaliações para demonstrar o bom cumprimento do seu dever de proteção de dados pessoais, obrigando-se a solicitar a opinião dos titulares dos dados pessoais ou o parecer da CNPD sempre que necessário.

Para o efeito deverá guiar-se por procedimentos transparentes e eficazes, capazes de:

- .1 Efetuar uma descrição sistemática das operações de tratamento e quais as finalidades subjacentes.
- .2 Avaliar a necessidade e proporcionalidade das operações de processamento.
- .3 Identificar, gerir e avaliar os riscos que advêm para os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais.
- .4 Identificar os mecanismos de segurança e controlo existentes.
- .5 Desenvolver medidas de mitigação de riscos.
- .6 Identificar a periodicidade da realização de Avaliação de Impacto.
- .7 Verificar se a CNPD deve ser previamente consultada. Isto acontece quando da avaliação de impacto resulte na verificação da falta de garantias e de medidas e procedimentos de segurança para atenuar os elevados riscos que o tratamento implica

**– POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –**

para os direitos e liberdades das pessoas singulares, e o Responsável pelo Tratamento considere que o risco não poderá ser atenuado através de medidas razoáveis, atendendo à tecnologia disponível e aos custos de aplicação.

- .8 Determinar quando será necessária a assistência de um subcontratante para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da realização de avaliações do impacto.

## X. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### A. OBRIGAÇÃO DE REPORTAR INCIDENTES

Sempre que se verifique qualquer tipo de incidente que represente uma violação dos dados pessoais tratados (“*Data Breach*”), a EINHELL deverá ser avisada, quando tenham sido os seus colaboradores, prestadores de serviços ou parceiros com quem se relacione, a aperceber-se da respetiva ocorrência.

Os titulares dos dados violados serão informados – sem demora injustificada –, quando o incidente represente elevado risco para os seus direitos, liberdades e interesses fundamentais, mediante comunicação escrita em linguagem clara e de fácil compreensão que informe:

1. Dos contactos da pessoa responsável dentro da empresa, para que possam ser solicitadas mais informações;
2. Das consequências prováveis da violação ocorrida;
3. Da capacidade da empresa para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento de dados;
4. Da capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada, no caso de um incidente físico ou técnico;
5. Do processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

Esta obrigação não é aplicável se as medidas técnicas e organizativas existentes ou adotadas forem suficientes e adequadas à tutela dos titulares dos dados pessoais ou se implicar um esforço desproporcionado, casos em que é feita uma comunicação pública para o efeito.

### B. COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A AUTORIDADE DE CONTROLO

**Em Portugal, a Autoridade de Controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.**

Sempre que algum incidente de violação de dados pessoais cause um risco para os direitos, liberdades e interesses fundamentais dos seus titulares, a EINHELL informará a CNPD da ocorrência, com a maior brevidade e num prazo máximo de 72 horas, sob pena de ter de justificar a sua demora.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

Os eventuais subcontratantes com quem a EINHELL se relacione estão obrigados a informar de eventuais ocorrências de incidentes de violação de dados pessoais, logo após conhecimento de facto.

Deverão existir relatórios de reporte que documentem as violações que ocorram e que identifiquem as medidas de reparação adotadas face à necessidade de reparação de danos presentes e de mitigação de danos futuros; assim como mecanismos e procedimentos céleres e eficientes de comunicação.

A EINHELL cooperará, a par dos subcontratantes com quem se relacione, com a CNPD, da forma mais tendencial possível, com o envio de relatórios, solicitações de pareceres e orientações, e sempre que a pedido daquela entidade.



## XI. SEGURANÇA E PRIVACIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

A EINHELL assume o compromisso de garantir a proteção e segurança dos dados pessoais que lhe são disponibilizados, através da implementação de medidas de segurança físicas e lógicas contra a sua difusão, perda, e uso indevidos, bem como contra o seu tratamento ou acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento ilícito, sob pena de incorrer num crime.

Tal implica, desde logo, que os pontos de acesso a dados pessoais devam estar devidamente identificados, autenticados e restringidos mediante políticas de atribuição de direitos de acesso e privilégio, em prol da proteção de dados contra acessos não autorizados e indevidos, contra a sua perda, destruição e corrupção (independentemente de os dados serem tratados digitalmente ou não). Implica também que o fluxo de dados preveja a encriptação dos mesmos, bem como outras medidas que permitam o secretismo da informação transmitida.

Todas as operações de tratamento de dados estarão devidamente monitorizadas e registadas não só para efeitos de controlo sobre as mesmas, mas também para prova de proteção dos dados. Tal sistema de monitorização e registo deve:

1. Identificar quais os dados tratados, quais os ativos onde os mesmos se encontram conservados e quem acede a quais dados;
2. Identificar o responsável pelo tratamento, subcontratantes e terceiros;
3. Identificar a finalidade do processamento;
4. Categorizar os dados e descrever as respetivas categorias;
5. Registrar detalhes do fluxo de transferências de dados: categorias de destinatários, prova de garantias adequadas, etc.;
6. Descrever genericamente as medidas de segurança implementadas (técnicas e organizacionais), por ex., por remissão a políticas internas, normas, etc.
7. Atualizar a informação recolhida e assegurar a manutenção da integridade do seu conteúdo.
8. Envolver sistemas de “*backup data up to date*” e de “*disaster recovery testing*”.

## XII. ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS

HEDA - ENCARREGADOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

Rua João Ramalho, n.º 141

4200-292 Porto

(+351) 220 995 423

[info@hedadpo.pt](mailto:info@hedadpo.pt) | <http://www.hedadpo.pt/>

Tendo designado um Encarregado da Proteção de Dados em prol do bom cumprimento do RGPD, a EINHELL garantirá que este desempenha as suas funções com independência dentro da organização, que não o instruirá no desempenho das mesmas, nem o destituirá ou penalizará por esse facto. Este não será responsabilizado civil ou penalmente por incumprimentos da organização onde se insere ou a quem presta funções, nem será usado como “*álibi*” em casos de incumprimento, devendo sempre exercer a sua função com total autonomia técnica perante a EINHELL ou subcontratantes da mesma.

A EINHELL assegurará que o Encarregado da Proteção de Dados é envolvido em todas as questões relacionadas com a proteção de dados, apoiando-o no exercício das suas funções, fornecendo-lhe os recursos necessários ao desempenho dessas funções e à manutenção dos seus conhecimentos, dando-lhe acesso a toda a documentação; permitindo-lhe o acesso aos dados pessoais e às operações de tratamento, bem como a outros serviços dentro da organização. Irá igualmente envolvê-lo nos seguintes aspetos:

- .1 Registo ou inventário de dados pessoais.
- .2 Desenvolvimento e implementação de políticas de proteção de dados e procedimentos internos de tratamento.
- .3 Controlo da segurança.
- .4 Redação e alteração de contratos.
- .5 Notificações de privacidade.
- .6 Eventuais queixas e ações judiciais.

## – POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS –

### .7 Violações de dados.

O exercício das funções de Encarregado da Proteção de Dados é obrigatório, sob pena de incorrer em contraordenação grave, e pressupõe obrigação de sigilo e confidencialidade de todas as informações de que tenha conhecimento no exercício da sua atividade. Tais funções consistem no seguinte:

1. Aconselhar, monitorizar e controlar o cumprimento com as regras de proteção de dados, devendo informar e aconselhar a EINHELL, seus parceiros e colaboradores a respeito das obrigações nos termos do RGPD;
2. Promover a formação e sensibilização das entidades com quem a EINHELL se relaciona para matérias de proteção de dados, especialmente os seus colaboradores, com especial foco na questão da importância da identificação atempada de incidentes de segurança e da necessidade de se informar o quanto antes o responsável pela mesma;
3. Assegurar a realização de auditorias periódicas, bem como de auditorias não programadas, de forma a averiguar da conformidade com o RGPD;
4. Aconselhar, controlar e emitir pareceres no âmbito das Avaliações de Impacto;
5. Colaborar com a CNPD, devendo servir de ponto de contacto com a mesma, notifica-la das operações de controlo com mais risco para os titulares de dados e monitorizar a implementação das suas recomendações;
6. Relacionar-se com os titulares dos dados nomeadamente no âmbito do exercício dos seus direitos.